



Que o Saber Legislativo se configura como um espaço multidisciplinar é facilmente deduzível pela própria função do Parlamento de representar não apenas as diversas correntes políticas presentes na sociedade, mas também de servir de ágora para a discussão de todas as questões que perpassam essa mesma sociedade. Em outras palavras, o caráter multidisciplinar do Saber Legislativo faz parte da própria existência do Parlamento como espaço fundamental de exercício da democracia. É assim que, neste número, a E-legis, cumprindo o seu papel de veículo das discussões concernentes ao Saber Legislativo, apresenta a contribuição de diversas áreas do conhecimento, a exemplo da a visão da Arquitetura, para avaliação dos espaços da Câmara dos Deputados, da Ciência da Informação, para entendimento da relação entre busca e uso da informação pelo Parlamento, da Administração, para entendimento de questões relacionadas ao orçamento público e outras.

Percorrendo os artigos tem-se, em um primeiro momento, a visão de Clemar Côrtes concluindo sobre a dominância das perspectivas distributivista e partidária sobre a informacional em **“Reprodução eleitoral, especialização ou cartelização legislativa? A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados em pauta”**. Em seguida, Suzana Leite apresenta **“Análise do Recurso contra o Poder Conclusivo das Comissões”**, evidenciando o cabimento, suas razões, ocorrências e a influência do Executivo. Um passo à frente e tem-se **“O ganho informacional na Câmara dos Deputados: uma análise sob a perspectiva do Centro de Documentação e Informação (Cedi)”**, de Cristiane Maia, identificando vinculação entre a busca por informação e o trabalho de apreciação de matérias na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. No quarto trabalho, intitulado **“Sistema de Informação em Gestão de Competências: proposta de um modelo de mapa do conhecimento aplicado à Câmara Legislativa do Distrito Federal”**, Jair Cunha Cardoso Filho aborda os conceitos de administração pública gerencial, apresentando o mapeamento das áreas de competência existentes na CLDF. **“O espaço e as leis: estratégias para o planejamento da Câmara dos Deputados”** é a interpretação de Valério Medeiros quanto à influência do ambiente construído e da arquitetura da Casa Legislativa em promover ou dificultar a organização e o funcionamento do Parlamento. Migrando para as questões relacionadas à defesa da imunidade parlamentar e da liberdade de palavra, Elizabeth Santos expõe a **“A palavra como arma: Análise do discurso do Deputado Mário Covas em defesa da imunidade parlamentar”**. Romiro Ribeiro recomenda, em seguida, a descentralização tutelada no texto **“Orçamento Público Semi-Impositivo para Transferências Voluntárias: diagnóstico, perspectivas e proposta de mudanças”**. Fechando este número, Ana Lúcia Henrique conclui que o “enfraquecimento dos laços sociais e conseqüente desorganização da sociedade civil promovem um círculo vicioso de desconfiança, reforçando, assim, a desigualdade dela decorrente” e outras ponderações no artigo **“Confiança e Democracia: aspectos de uma instável relação estável”**.

Boa leitura!